



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010952-04.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **EZEQUIEL MARCELINO DOS SANTOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

VISTOS

EZEQUIEL MARCELINO DOS SANTOS

(R.G. 9.368.998-4), qualificado nos autos, foi denunciado e pronunciado como incurso nas penas do artigo 121, "caput", c.c. artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque no dia 16 de setembro de 2012, por volta das 17h40, na Rua Irineu Mello, defronte ao número 377, bairro São Carlos VIII, nesta cidade, tentou matar, mediante disparos de arma de fogo, **José Alexandre da Silva**, causando neste lesões corporais de natureza leve e descritas no laudo de exame de corpo de delito de fls. 145.

Na data de hoje, submetido a julgamento do Júri, os senhores jurados negaram a tese desclassificatória para o crime de lesão corporal, reconhecendo que o réu praticou uma tentativa de homicídio, negando ainda a absolvição que foi sustentada em plenário. Por último, afirmaram que o réu praticou o crime sob o domínio de violenta emoção por ato injusto da vítima, reconhecendo o privilégio previsto no § 1º do artigo 121 do Código Penal.

Atendendo a esta decisão do Conselho de Sentença, passo a fixar a pena.

Considerando todos os elementos formadores do artigo 59, do Código Penal, que o réu é primário e tem em seu favor a atenuante da confissão espontânea, bem como verificando o comportamento da vítima no episódio e também que as consequências não foram graves, pois a vítima sofreu ferimentos de natureza leve, estabeleço desde logo a pena base no mínimo, ou seja, em seis anos de reclusão. Não há modificação na segunda fase por inexistir circunstância agravante e a atenuante, embora


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

presente, não causa modificação da pena-base por ter sido estabelecida no mínimo, não podendo ir aquém disso (Súmula 231 do STJ). Tratando-se de crime tentado e observado o "iter criminis" percorrido, imponho a redução de metade, resultando em três anos de reclusão. Por último, em razão do reconhecimento do crime privilegiado, imponho a redução de um terço, tornando definitiva a pena em dois anos de reclusão.

Tratando-se de crime cometido com violência contra a pessoa não é possível aplicação de pena substitutiva de que trata o artigo 44 do Código Penal.

CONDENO, pois, EZEQUIEL MARCELINO DOS SANTOS, à pena de dois (2) anos de reclusão, por ter infringido o artigo 121, "caput", c.c. o seu § 1º, em combinação ainda com o artigo 14, inciso II, todos do Código Penal.

Presentes os requisitos legais, concedo-lhe o "sursis", por dois anos, mediante a condição de prestar serviços à comunidade no primeiro ano (artigo 78, § 1º, do Código Penal). A admonitória será feita oportunamente.

Por ser primário, em caso de cumprimento da pena o regime será o aberto.

Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da Justiça Gratuita.

Dá-se a presente por publicada em plenário.

Registre-se e comunique-se.

São Carlos, Sala Secreta das Decisões do Tribunal do Júri, aos 9 de março de 2015, às 22 horas.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**